

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR / 2025 / 35790</b>	<b>3382 / 2025</b>	<b>Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#</b>
Unidade Administrativa		
<b>DU - DGPU [GP6]</b>		
Propósito		
<b>Expediente Geral \ Presidente - DU - Licenciamento</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Defiro o licenciamento de obra de edificação

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro. À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 3382/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-23668

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: Rua da Bemposta, União de Freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede)

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Especialidades - #G0190#

DU - DGPU [GP6]

Informação Técnica:

**1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO**

- 1.1. O requerente, através do requerimento registado com o n.º 2025-E-RE-23668 de 14/10/2025, apresenta o **projeto de especialidades** relativo à construção de habitação unifamiliar, a levar a efeito no prédio sito na Rua da Bemposta, União de Freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede), que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga, sob o n.º 1562, inscrito na matriz de natureza rústica, sob o artigo n.º 2375.

**2. ANÁLISE**

**2.1.1. Projeto de arquitetura**

- 2.1.2. O projeto de arquitetura (alterações), encontra-se aprovado por despacho de 30/07/2025.

**2.2. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica**

- 2.2.1. Apresentou projeto.

**2.3. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica**

- 2.3.1. Apresentou projeto.

**2.4. Projeto de gás**

- 2.4.1. Apresentou declaração de dispensa, uma vez que as intervenções efetuadas não alteram o projeto anteriormente aprovado.

**2.5. Projeto de abastecimento de água**

- 2.5.1. O projeto de abastecimento de água foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do ofício n.º 2025-S-RE-60807 de 23/10/2025.

**2.6. Projeto de águas residuais**

- 2.6.1. O projeto de águas residuais foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do ofício n.º 2025-S-RE-60807 de 27/10/2025.

**2.7. Projeto de águas pluviais**

- 2.7.1. Apresentou projeto.

**2.8. Projeto de arranjos exteriores**

- 2.8.1. Apresentou projeto.



**2.9. Projeto de condicionamento acústico**

2.9.1. Apresentou projeto.

**2.10. Projeto de infraestruturas de telecomunicações**

2.10.1. Apresentou projeto.

**2.11. Projeto de conforto térmico, incluindo pré-certificado energético**

2.11.1. Apresentou projeto.

2.11.2. Apresentou o pré-certificado energético, SCE384838842, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro.

**2.12. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)**

2.12.1. Apresentou projeto.

**2.13. Projeto de Segurança contra incêndio em edifícios**

2.13.1. Apresentou a ficha de segurança contra incêndios em edifícios, bem como o termo de responsabilidade do técnico responsável e o respetivo seguro de responsabilidade civil.

**2.14. Operação urbanística com impacte relevante ou impacte semelhante a uma operação de loteamento?**

2.14.1. Não (nos termos do Artigo B-1/29.º do Código Regulamentar do Município de Braga – Regulamento n.º 973/2016 de 26 de outubro).

**2.15. Outros**

2.15.1. A declaração de responsabilidade dos autores dos projetos, nos termos do n.º 8 do Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, no que diz respeito aos projetos de especialidades, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

**3. PROPOSTA**

3.1. Face ao atrás exposto, constata-se que o presente pedido **se encontra corretamente instruído** e em condições de ser proferida a deliberação final do deferimento do licenciamento da operação urbanística.

3.2. Após informação superior e despacho, o requerente deverá ser notificado para, no prazo máximo de 1 (um) ano, requerer o pagamento das taxas e emissão do respetivo recibo de pagamento.

3.3. Dever-se-á informar, ainda, que nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença.

**4. CONDICIONAMENTOS PARA EMISSÃO DE RECIBO QUE TITULA A OPERAÇÃO URBANÍSTICA**

4.1. Instrução de pedido com os elementos descritos no n.º 21 da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro e nos termos das alíneas c) e d) do n.º 4 do Artigo 22.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, incluindo declaração do titular da apólice e declaração de responsabilidade do titular de alvará, conforme norma camarária.

**5. CONDICIONAMENTOS DAS OBRAS**

5.1. As intervenções no domínio público deverão observar as seguintes condições:

5.1.1. Existindo postes/armários de redes de energia elétrica ou de telecomunicações cuja implantação se encontra afetada pelos alinhamentos projetados pela presente operação urbanística, compete ao requerente diligenciar a realocização dos mesmos junto das entidades competentes.



- 5.1.2. Será responsabilidade do requerente a execução de todas as infraestruturas necessárias para abastecer o edifício, nomeadamente relativas a comunicações, eletricidade, gás, abastecimento de água e águas residuais domésticas e pluviais, salvo se essas infraestruturas forem asseguradas pelas respetivas entidades. Em qualquer dos casos, devem encontrar-se concluídas antes das pavimentações a efetuar. Constitui responsabilidade do titular do alvará a repavimentação arruamentos intervencionados, em conformidade com os regulamentos municipais aplicáveis, caso não seja assegurado pela entidade responsável pela instalação da infraestrutura.

## **6. CONDICIONAMENTOS PARA OBTENÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO**

---

- 6.1. Aquando da conclusão da obra, deverá efetuar o pedido de autorização de utilização de acordo com o descrito no n.º 28 da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

## **7. COMUNICAÇÃO DE INICIO DE TRABALHOS DE OBRAS PRECEDIDAS DE CONTROLO PRÉVIO**

---

8. De acordo com o Artigo 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até dez dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, incluindo a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos.

## **DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE**

